

A CIDADE MÉDIA ENQUANTO ESCALA DE ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Gilberto Oliveira Jr.
Departamento de Geografia
Universidade de Brasília, Brasil
oliveirajr@unb.br

Para iniciar o debate

A problematização dos processos sociais e espaciais que se materializam nas cidades, nas suas distintas categorias, para fins de investigação científica ou de planejamento e intervenção estatal, tem-se realizado por meio de dois âmbitos escalares distintos e complementares na apreensão do movimento de reprodução da totalidade social no que tange ao processo de urbanização: a escala intra-urbana e a escala interurbana.

No entanto, as distinções existentes entre os referidos âmbitos têm substanciado com maior notoriedade os extensos esforços que direcionam a investigação de pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais, de forma que expressivo número de trabalhos desenvolvidos concentra-se em realizar reflexões e análises, bem como desenvolver e aplicar metodologias pautadas estritamente em uma escala espacial.

Os debates acadêmicos de âmbito teórico e metodológico possuindo como temática a categoria de cidades médias inicia-se no bojo das distinções escalares para a problematização em diferentes perspectivas de filiações epistemológicas.

Historicamente identifica-se que o processo de construção do conceito de cidades médias, ou dos critérios de classificação destas cidades, tem procurado exprimir, implícita ou explicitamente, a existência de uma maior coesão social, econômica e ambiental substanciando a realidade desta categoria de cidades. Desta forma, as cidades médias possuiriam capacidade de promoção social e econômica conjugada a um inferior índice ou expressão de conflitos e problemas diversos decorrentes do processo de urbanização. Em outros termos, um determinado equilíbrio entre o quantitativo de habitantes e o suprimento das necessidades destes, implicando num certo padrão de funcionalidades, infra-estruturas e equipamentos que as distinguiriam das cidades pequenas e das grandes, porém agregando aspectos qualitativos de ambas que resultariam numa maior qualidade de vida¹.

Este ideário remete, à primeira vista, a um aporte quantitativo enquanto variável determinante do enquadramento destes territórios validando a si mesmo. Isto porque, têm-se como evidência comparativa acerca da realidade das cidades que, quanto maior for a população de determinada cidade, maior será a dificuldade de prover a esta população as condições e infra-estruturas consideradas necessárias num determinado contexto sócio-econômico.

É neste sentido que, de acordo com o estudo de Costa (2002), surge — essencialmente a partir da perspectiva de urbanismo modernista e funcionalista, cuja maior expressão se encontra na obra do arquiteto francês Le Corbusier² — a concepção das cidades planejadas

¹ Nesta direção, Amorim Filho; Serra (2001, p. 1) argumentam que as cidades médias são tratadas como aquelas que não são “nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar - e até pôr em risco - a vida da maioria de seus moradores”.

² Arquiteto cujo verdadeiro nome era Charles Édouard Jeanneret. Nasceu na Suíça no final do século XIX e viveu grande parte da sua vida na França. É considerado um dos mais importantes arquitetos da escola modernista.

para um determinado número de habitantes, nas quais a dimensão física e demográfica estava associada ao seu equilíbrio e à sua governabilidade.

A noção de equilíbrio fundamenta os dois grupos de pesquisas normalmente caracterizadas por procurar refletir sobre esta categoria de cidades. Num primeiro grupo encontram-se as pesquisas que se centram na escala intra-urbana e o segundo grupo as que relacionam as cidades médias com a escala regional, inserindo-as freqüentemente em políticas de planejamento e ordenamento territorial.

No contexto deste segundo grupo que surge na França em meados da década de 1950 e 1960 a emergência de debates relacionados ao desenvolvimento regional pautados na minimização das distorções e desequilíbrios regionais. Nesta direção, as cidades médias, entretanto ainda sem existência enquanto conceito neste período, destacam-se nas propostas dos planejadores que apresentam estas cidades como solução para as correções das distorções regionais na França (COSTA, 2002).

Nesta perspectiva, o conceito de cidade média começa a ganhar corpo na medida em que é associado às políticas de desconcentração populacional e de atividades econômicas que terminaram por implicar no apoio e reforço a estas cidades como condição da efetivação desta possibilidade de se tecer uma rede urbana com maior equilíbrio.

Cumprir observar que a identificação e o próprio debate em torno das cidades que se enquadram nesta categoria desenvolveu-se a partir deste momento pautado em critérios estritamente quantitativos, estes centrados no tamanho físico e demográfico que, portanto, se sobrepunham e sintetizavam todas as dimensões destas cidades, possibilitando uma comparação opaca em relação às cidades pequenas e grandes.

Este processo de construção do conceito de cidade média traz à tona um grande número de questões que apontam para a não sustentação de um conceito que se estruture estritamente sobre uma base quantitativa e que vem sendo discutida e combatida com veemência, sobretudo nas pesquisas mais recentes acerca da temática que se apresentam sob diferentes perspectivas.

O próprio termo ou adjetivo “média” atribuído a esta categoria de cidades subjaz um entendimento de quantificação sob o qual subsumiu-se seu processo de conceituação apesar de todas as implicações e imprecisões que se mantiveram latentes e que eclodiram sobretudo num momento de possibilidades de novos e diversos papéis que se foram atribuídos às cidades médias no/pelo movimento contemporâneo da urbanização e da acumulação do capital com procedência, apesar das suas especificidades e intensidades, nas mais diversas regiões e países do mundo.

Este critério quantitativo tem-se demonstrado em certa medida como relevante, porém é inoperante sob diversos aspectos, devendo sofrer algumas ponderações e ser conjugado a outros critérios para uma apreensão mais consistente da realidade das cidades médias. Decerto que a dimensão física e demográfica das cidades confere indícios acerca da complexidade funcional intra e interurbana exercida pelos núcleos urbanos, contudo este fator não é determinante e, sobretudo, é insuficiente.

A insuficiência quantitativa pode ser abordada em diversas perspectivas, sobretudo quando considerada a dimensão temporal de forma absoluta, assim como os (des)níveis de desenvolvimento na comparação de diferentes países, seus graus de urbanização, dentre outras questões.

A partir do final da década de 1970 com a crise de acumulação do capital reestruturando seu processo produtivo trazendo implicações ao processo de urbanização, as cidades médias revestem-se de novos atributos que cada vez mais apresentam-se como não mensuráveis sob critérios quantitativos rígidos e isto tem relação com os interesses e as próprias estratégias locacionais do capital quanto ao acirramento da concorrência e a

necessidade de manutenção do padrão de acumulação alcançado em décadas anteriores, sobretudo após a segunda guerra mundial.

Nesta direção, no decorrer da década de 1980 e 1990 há um uso crescente do adjetivo “intermédia” para classificar esta categoria de cidades (COSTA, 2002; LLOP TORNÉ; BELLET SANFÉLIU, 1999). Este interesse e emergência da denominação e da busca de novos critérios não estritamente quantitativos decorrem essencialmente do fato de que a mundialização do capital impõe necessidades de reprodução que (re)criam papéis aos territórios não-metropolitanos em nível mundial, implicando na premência de dirimir aspectos inconclusos acerca destes territórios frente à ofensiva do capital sobre estes..

Apesar disso, as observações atuais acerca da especificidade e relevância de um esforço reflexivo sobre as cidades médias tem sido relacionado exaustivamente a um discurso de que esta categoria de cidades pode representar um fator de reequilíbrio e de melhorias do processo de urbanização historicamente desequilibrado, como é o caso das análises de Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999), Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) e Costa (2002), que se pautam na idéia e nas políticas de urbanização sustentável e territorialmente equilibrada como contraponto à concentração populacional e aos problemas engendrados por este/neste processo. Isto fica expresso, de forma resumida, na afirmação de Costa (2002), no momento em que a autora defende que paralelamente à questão da definição da cidade média, coloca-se a questão do seu contributo para as políticas de desenvolvimento regional.

De qualquer forma, o debate acerca do uso do adjetivo “média” ou “intermédia” traz ao centro do debate critérios outros que em certa medida afastam-se da tradição quantitativa de conceituação e definição desta categoria de cidades. Os critérios estritamente quantitativos mais pretendiam, ou ao menos conseguiram discretamente classificar³ as cidades médias visando interesses diversos e implementação de políticas públicas e de planejamento urbano e regional, sob pretexto de um processo de descentralização de funções e serviços e desconcentração populacional pela elevada densidade nos grandes centros urbanos e os desequilíbrios diversos que esta concentração provocava com relação às demais cidades.

De acordo as análises desenvolvidas por Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) e Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999) o adjetivo “intermédia” demonstra-se mais “adequado” à utilização para o debate acerca desta categoria de cidades, na medida em que expressa mais apropriadamente o caráter de transição e mediação do que é intermédio ou intermediário, situado e mediando entre os extremos (próximo e distante, pequeno e grande) através do desenvolvimento de funções que mediam escalas complexas e diversas.

Acerca desta denominação, desenvolve-se um embate entre a utilização do termo ou adjetivo de cidade média ou cidade intermédia. Segundo Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) o uso do adjetivo intermédia começou a ser efetivado com considerável aceitação no meio acadêmico no decorrer da década de 1980. Os autores consideram que esse adjetivo dilata o significado da denominação que ele substitui, na medida em que cidade média tem relação direta com critérios quantitativos excessivamente rígidos e estáticos, que serviram, e ainda servem, para tornar oculta a função principal desempenhada por este tipo de cidades: a da intermediação entre os espaços locais e os espaços regionais, nacionais e, em alguns casos, inclusive globais.

Para Bellet Santelíu; Llop Torné (2004), as cidades intermédias se convertem em centro de serviços e equipamentos (mais ou menos básicos) de que se servem tanto os habitantes do mesmo núcleo urbano como aqueles que residem em sua área de influência, sendo centros de serviços que interagem com amplas áreas territoriais, sendo estas mais ou menos imediatas. Para isso, desenvolvem funções de distribuição e intermediação, sendo

³ Isto pela enorme dificuldade em delimitar contextos e realidades muito distintas por critérios insuficientes para expressá-las, contudo capazes de ocultá-las.

dotadas de uma série de infra-estruturas coletivas, com destaque para a comunicação e o transporte.

Segundo os autores, a cidade intermédia realiza articulações que a metrópole é incapaz de realizar com determinadas escalas, sobretudo a escala local. Assim, os critérios quantitativos pouco podem contribuir para expressar a vocação principal destas cidades, interpretada como a intermediação por serem “una ciudad-espacio de transición entre los territorios de lo concreto (la escala local/regional) y el carácter etéreo e fugaz de lo global” (BELLET SANFÉLIU; LLOP TORNÉ, 2004, p. 572).

Esta proposta em debate implica em atribuir às cidades intermédias uma maior complexidade de articulação das escalas e, nesta direção, evidencia a relevância do papel de mediação entre os extremos exercido por estas cidades. De tal colocação também se depreende que as cidades intermédias possuem, contudo não como regra, um vínculo ou uma relação mais estreita e intensa com a sua hinterlândia no que tange a fluxos de pessoas, mercadorias, lazer, empregos, dentre outros, bem como a respeito de questões sociais e culturais, o que assegura a estas cidades uma articulação privilegiada com as escalas local e regional.

Contudo, convém ressaltar que esta maior articulação não significa que a relação ou vínculo seja/esteja consolidada com ausência de constrangimentos e conflitos, pois esta articulação não pode estabelecer-se sem que esteja permeada por contradições e relações de dependência sob diversos aspectos e em diferentes intensidades e formas de expressão. Assim, estas contradições ocorrem não apenas em países denominados de subdesenvolvidos, como sugerem Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999).

De qualquer forma, interessa ressaltar que as cidades intermédias desempenham funções de distribuição e intermediação constituindo-se em centros de determinados serviços (saúde, lazer, comércio, empregos, etc.) e equipamentos que estas cidades provêm não apenas para os habitantes que nela residem, mas também para os núcleos urbanos e rurais que são por ela polarizados e consolidam sua área de influência. Além destas questões, merecem destaque as infra-estruturas de transportes e comunicações.

Nesta direção, sob basicamente esta compreensão do papel e relevância desta categoria de cidades, Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) interpretam que a substituição do adjetivo “média” por “intermédia” apresenta-se como expressão de um movimento analítico no sentido de dilatar os significados implícitos e desdobrados historicamente pelo adjetivo anteriormente utilizado. Além disso, congrega a importância e emergência do debate em torno de novos critérios que possam substanciar uma definição mais apropriada para as cidades intermédias no atual contexto de urbanização no movimento de mundialização de processos sociais, econômicos, espaciais.

Outra característica levantada pelos autores diz respeito ao fato de que as cidades intermédias configuram-se como cidades mais tranquilas, e desta forma a realidade do cotidiano destas cidades, em certa medida, tendem a contrastar com a própria imagem provocada pelos ritmos frenéticos constituintes da realidade e cotidiano das metrópoles. Esta imagem dos ritmos, inclusive, é normalmente associada à cidade genericamente, quando na verdade a maior parte da população urbana mundial encontra-se localizada em cidades pequenas e médias⁴.

Esta característica assume outra perspectiva para o debate, provavelmente até mais relevante, que constitui a associação dos ritmos cotidianos das cidades intermédias à uma estrutura intra-urbana mais equilibrada propiciando, dentre outras questões, uma maior qualidade de vida quando comparada às metrópoles e grandes cidades conjugada com

⁴ Isto considerando-se genericamente apenas o dado quantitativo relativo ao número de cidades e ao número de habitantes destas.

serviços e equipamentos mais ou menos complexos que antes encontravam-se restritos nas metrópoles.

Isto, em certa medida, suscita variadas estratégias de promoção e *marketing* urbano na medida em que os administradores e gestores urbanos ou mesmo setores empreendedores como o mercado imobiliário se apropriam deste discurso de qualidade de vida muitas vezes sob a anuência de dados quantitativos e indicadores sociais ou da publicação de listas ou *rankings* de qualidade de vida urbana. Neste sentido, “las ciudades medias/intermedias se consideram más seguras, más tranquilas, con mejores *ratios* de equipamientos y servicios por habitante, menos contaminadas, con menos congestión de tránsito, etc.” (BELLET SANFÉLIU; LLOP TORNÉ, 2004, p. 575).

Outro ponto relevante situa-se na argumentação de que as cidades intermédias são mais facilmente administráveis e controláveis, possuindo como característica uma maior participação cidadã no governo e gestão da cidade (LLOP TORNÉ; BELLET SANFÉLIU, 1999). Contudo, deve-se levar em consideração que nas cidades intermédias a história e a força reivindicatória dos movimentos sociais populares no sentido de impelir debates e fomentar e materializar políticas públicas é menor⁵, e desta forma os interesses das elites locais tendem a suprimir com maior facilidade os interesses coletivos consolidando a imposição de um discurso conservador, o que contrapõe o discurso de participação cidadã e gestão coletiva destas cidades.

De qualquer forma, o que se tem verificado atualmente, é que tanto a centralidade quanto a intermediação entre escala local e global sofreram modificações em diferentes intensidades no contexto do processo contemporâneo de reestruturação econômica do capitalismo em nível mundial, que também atribui novos papéis às cidades médias no processo de reprodução e acumulação do capital. Este contexto em certa medida as redefine e, por conseguinte, abre novas perspectivas para analisar esta categoria de cidades.

A partir dessas reflexões iniciais, o presente trabalho objetiva debater a relevância da cidade média enquanto escala de análise dos conteúdos da urbanização contemporânea a partir da redefinição das cidades médias pelas novas estratégias de reprodução e acumulação do capital. Para tanto realizamos um percurso essencialmente teórico, embora algumas reflexões estejam mediadas por um recorte espacial, a cidade de Itabuna, Bahia, Brasil, por meio do qual realizaremos inferências mais concretas, elencando alguns exemplos.

Industrialização nas cidades médias e precarização do trabalho

Ao estruturarem-se regionalmente centralizando fluxos interurbanos em territórios mais imediatos, as cidades médias terminam por construir fortes vínculos culturais com os territórios urbanos e rurais contíguos. Contudo, muitas das cidades médias procuram inserir-se em redes não necessariamente contíguas, isso ocorrendo, por exemplo, através da mercantilização da atividade turística, quando possível, ou da instalação de equipamentos e artefatos que possibilitem gerar e manter fluxos interurbanos a partir de territórios menos imediatos.

A instalação desses equipamentos decorre muitas vezes da capacidade de atração dessas cidades para os investimentos de capitais que se desconcentram das metrópoles. No Brasil, essencialmente nas duas últimas décadas, tem-se observado esse processo com certa frequência principalmente atrelado ao capital industrial, que ao se desconcentrar espacialmente procura os espaços que atendam seus requisitos e ofereçam, através do poder público, incentivos para a instalação desses equipamentos, impelindo uma competição entre as cidades para se apresentarem mais rentáveis e propícias à atração dos capitais que se

⁵ Esta questão é desenvolvida com maior profundidade por GUIMARÃES; VIEIRA; NUNES (2005), ao tratar as cidades médias como territórios da exclusão.

desconcentram.

Em Itabuna a ocorrência desse processo é ainda mais recente, com a atração essencialmente de indústrias têxteis e calçadistas. Conforme observado, apesar do movimento de desconcentração espacial, esses capitais apenas se transformam em investimento quando da obtenção de incentivos públicos, oferecendo em troca geração de emprego e renda e promessa discursiva de desenvolvimento para o município.

Nesta direção, no final da década de 1990 foram instaladas três indústrias de grande relevância para o município: Triffil, Penalty e Kildare. Essas indústrias obtiveram frente ao poder público inúmeros incentivos para sua instalação, a exemplo da isenção de Imposto Sobre Serviço (ISS) da prefeitura municipal pelo período de 15 anos, além da doação do terreno e da infra-estrutura da área de instalação realizadas pelo governo do estado, totalizando aproximadamente R\$ 2 milhões em incentivos⁶.

De acordo com o discurso empreendido pelo poder público municipal e estadual e os agentes da iniciativa privada envolvidos, a expectativa era de geração de 4.500 empregos nas três fábricas supracitadas. Contudo, informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia⁷ (SINTRATEC) apontam para o emprego do número de 3.100 trabalhadores nestas fábricas, um número aproximadamente 30% menor que o divulgado no período de concessão dos incentivos.

Além disso, é necessário observar qualitativamente essa quantidade de empregos gerados efetivamente. De acordo com o SINTRATEC, o salário recebido pelos trabalhadores das fábricas dessas empresas em Itabuna é menor que em unidades instaladas em outros estados, principalmente no eixo sul-sudeste. O piso salarial dessas fábricas em Itabuna é de R\$ 400,40, sendo o salário recebido por aproximadamente 80% dos trabalhadores empregados. Isso revela, para além de um processo de desconcentração espacial desses capitais, um processo de maximização dos lucros, na medida em que essas indústrias além de receberem incentivos fiscais e doações diversas realizadas pelo poder público, tendem a pagar salários extremamente baixos quando comparados aos de outras unidades das mesmas empresas localizadas em regiões metropolitanas ou outros estados — nessas, o piso salarial chega a ser 50% maior.

Desta forma, para além de analisar a instalação dessas indústrias enquanto um revigoramento e reafirmação da relevância econômica de Itabuna, ou mesmo enquanto oportunidades para as cidades médias se inserirem em outras redes, é preciso observar que estas indústrias não cumprem a expectativa de geração de empregos, apontam para a utilização de investimentos públicos em auxílio à potencialização dos lucros de empresas privadas e reafirmam a ofensiva do capital sobre o trabalho(-mercadoria). Portanto, esse processo revela oportunidades à reprodução e acumulação do capital travestidas em possibilidades e desenvolvimento para as cidades médias.

Decerto que o número de empregos gerado é relevante, e a instalação dessas fábricas fez crescer consideravelmente a porcentagem de trabalhadores empregados em indústrias de transformação no município. Contudo, além dos problemas já observados, essas empresas se utilizam de outros mecanismos perversos sobre os trabalhadores. Alguns exemplos são: (1) a alta rotatividade de trabalhadores, objetivando o enfraquecimento do sindicato e a inibição dos trabalhadores pela demonstração da reserva de “mão-de-obra”; (2) a pressão sobre a produtividade dos trabalhadores, resultando em inúmeros casos de problemas de saúde, principalmente lesão por esforço repetitivo (LER) e depressão; (3) a “premiação” de uma cesta básica aos trabalhadores que não faltam a nenhum dia ao trabalho, o que obriga muitos

⁶ Dados encontrados em: Jornal Agora. “Triffil oferece 1.500 empregos a partir de julho”. Ano XVIII, n. 831, 1 a 7 mai, 1999.

⁷ Informações obtidas através de entrevista realizada com o vice-presidente do sindicato, Jesa Cardoso Santos, em 17 de dezembro de 2007.

trabalhadores a esconderem problemas de saúde para evitar a perda de “premiação”; (4) o constrangimento causado pela revista íntima dos trabalhadores que, embora extinto pela ação do sindicato resultando em indenização para alguns trabalhadores, foi um procedimento utilizado no início das atividades destas fábricas.

De qualquer forma, embora Itabuna disponha de uma ampla gama de atividades, serviços e infra-estruturas à disposição da população de outros municípios, o município possuía em 2000, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano⁸ desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 20% da população vivendo em extrema situação de pobreza⁹, e 43% da população com renda domiciliar inferior a meio salário mínimo¹⁰, o que representam elevados índices de indigência e pobreza. Esses dados, embora destoantes dos encontrados em cidades médias paulistas¹¹, por exemplo, expressam uma realidade comum às cidades médias nordestinas. De acordo com Pontes (2006), nas cidades médias nordestinas indicador do índice de pobreza — população com renda menor que meio salário mínimo — variava, em 2000, entre 35,3% e 66,9%.

Essa concentração de grande parte da população vivendo em situação de baixa renda é notória pelo crescimento do número de pessoas vivendo em periferias de baixa renda e favelas, fazendo com que essa parcela da população conviva com problemas sociais gravíssimos. Apesar disso, o mesmo estudo aponta que o IDH-M (considerando-se os níveis de renda, longevidade e educação) do município é de 0,748, o terceiro melhor do estado da Bahia, o que não necessariamente signifique muito, posto que, de acordo com o mesmo índice, a Bahia ocupa a 22ª colocação entre as 27 unidades da federação do país.

Essas contradições, que revelam a concentração e a escassez não apenas em âmbito interurbano, mas em âmbito intra-urbano, se expressam no processo de estruturação do espaço urbano de Itabuna. Assim, o espaço urbano se reproduz de forma fragmentada, segregando conteúdos sociais em parcelas cada vez mais definidas do tecido urbano, subjungando as classes sociais à normatização do mercado.

Tempo “livre” e capital terciário nas cidades médias

A dinamicidade das cidades médias para a economia e na centralidade e intermediação exercidas na rede urbana, tem impelido que as novas estratégias locacionais do capital industrial e terciário — propiciadas essencialmente a partir do processo de reestruturação produtiva — se instalem nestas cidades, apresentando novas estratégias locacionais também no interior do tecido urbano, mais profícuas à reprodução e acumulação dos novos capitais que se desconcentram das regiões metropolitanas.

Conforme observado, esses processos de âmbito inter e intraurbano se coadunam e, se por um lado, expressam rupturas interescares, por outro lado, aprofundam continuidades. Em âmbito intra-urbano, as rupturas se efetuam com maior expressão no processo de estruturação do espaço, por sua vez modificando as estratégias e racionalidades de produção do espaço urbano, através da revalorização da terra urbana e da sua apropriação pelas elites empreendedoras e as classes de alta renda.

Nesta perspectiva de apreensão dos fenômenos e processos supracitados, os novos equipamentos e artefatos que ampliam o mundo da mercadoria e aperfeiçoam a reprodução capitalista do espaço não decorrem estritamente da ampliação do tecido urbano, e apresentam

⁸ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em 04/02/2008.

⁹ Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75 (US\$ 20,61), equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

¹⁰ R\$ 75,50 ou US\$ 41,22. Referentes ao salário mínimo no ano 2000.

¹¹ O mesmo estudo revela que nos municípios de Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro e São Carlos, o índice de pobreza variava entre 8 e 12%.

íntima relação com a centralidade e intermediação das cidades nas quais se inserem. Assim, denotam a necessidade de um debate interescalar, mais amplo do que o construído estritamente em âmbito intra-urbano pela ampliação do tecido urbano e das novas expressões de centralidade ocasionadas, a exemplo dos subcentros, posto que estas nem sempre se apresentam relacionadas com a imposição de novas estratégias capitalistas nas cidades. Desta forma, a emergência de novas expressões de centralidade como subcentros ou desdobramentos do centro concedem indícios para consubstanciar o debate, contudo, não o esgotando.

A implantação do Jequitibá Plaza Shopping (JPS) em Itabuna, no ano 2000, sendo o primeiro Shopping Center (SC) construído na região Sul da Bahia, Brasil, permite a formulação de uma reflexão acerca da reestruturação do padrão da organização e das dinâmicas do processo de (re)produção do espaço urbano em Itabuna a partir da reestruturação do espaço — permitindo, por conseguinte, a construção de reflexões teóricas fundamentadas em um objeto concreto estabelecido enquanto recorte espacial.

Portanto, a imbricação desses processos interescares se expressa materialmente no espaço intra-urbano revelando a consolidação do JPS como uma nova expressão de centralidade na cidade a partir de lógicas e racionalidades hegemônicas, não direta ou estritamente relacionadas à expansão do tecido urbano, mesmo porque, por outro lado, esse artefato produz externalidades que terminam por direcionar o crescimento e a valorização de determinadas parcelas do tecido urbano.

Nossas reflexões nos direcionam para o incremento de outras formas de acumulação de capital, centradas na gerência científica do empreendimento e na racionalidade que fomenta o faturamento do grupo empreendedor para além da renda auferida pelo aluguel dos espaços comercializáveis do shopping, posto que este também está relacionado com o próprio faturamento das empresas instaladas no mesmo. Em contrapartida, o faturamento das empresas é maximizado pelas estratégias desenvolvidas pelo grupo empreendedor através da administração do SC, revelando uma interação e dependência entre os diferentes capitais envolvidos.

Os processos antecedentes à inauguração expressam profunda relação com o efetivo sucesso do empreendimento. Nestes processos, é indispensável uma articulação entre capitais de diferentes escalas, essencialmente no que tange à comercialização do empreendimento, que implica na formulação de determinadas estratégias de atração dos investidores para que aloquem filiais das suas empresas nos espaços de locação de lojas no shopping. No caso do nosso JPS, os procedimentos dessa natureza ficaram a cargo da Leasing Mall, empresa consolidada nacionalmente na realização de comercialização para shoppings, com imponentes clientes, a exemplo dos Shoppings Iguatemi.

Dentre os procedimentos de comercialização destacam-se neste período inicial as pesquisas de mercado nas zonas de influência do shopping center, elaboração do instrumental jurídico do shopping, do projeto do *tentat mix* de acordo com as demandas de mercado pesquisadas, além de acessória quanto à elaboração de tabelas de preços de locação de acordo com as subdivisões do interior do empreendimento.

A centralidade e a problematização interescalar

A redefinição da centralidade se consubstancia de novos processos que apresentam perspectivas controversas de apreensão e análise, essencialmente quando se realiza a partir do avanço, em diferentes categorias de cidades, de novas estratégias capitalistas, que se fundamentam no discurso de positividade para as cidades como formas de velar o aprofundamento de contradições que inevitavelmente se desencadeiam com a ampliação do mundo da mercadoria.

As novas estratégias capitalistas que apontam para novas expressões de centralidade tem se materializado, dentre outras formas, em artefatos que corroboram com a imposição de processos que por seu turno manifestam rupturas interescolares que se concretizam de forma mais evidente na escala intra-urbana.

Os referidos artefatos, contudo, avançam para outras categorias de cidades que não metrópoles ou grandes cidades, propiciando rupturas na dinâmica da rede urbana e apontando para a relevância das cidades médias na dinâmica econômica atual, ao mesmo tempo em que rupturas nos processos sociais e espaciais também se expressam na cidade, revelando novas estratégias de reprodução e acumulação do capital inter e intra-urbanas.

Esta concretização das rupturas na escala intra-urbana se revela a partir de novos processos espaciais e sociais que necessitam ser pensados e debatidos nos termos das contradições e conflitos sociais que geram e mantém. Portanto, através de perspectivas que possibilitem questionamentos acerca das formas que se coadunam os resultados que se expressam para os interesses de reprodução e acumulação do capital e para a vida cotidiana na cidade através da (re)criação de necessidades de consumo, que se renovam com a inserção de artefatos considerados ícones de modernidade.

A ampliação do mundo da mercadoria que se desenvolve no movimento contemporâneo do capital nos conteúdos da urbanização se concretiza arduamente conjecturada no ideário de reafirmação do ato do consumo que se corrompe substancialmente enquanto resgate do prazer da compra.

Esse resgate apresenta considerável expressividade na capacidade de indução de realização de necessidades que se apresentam muitas vezes não mais que forçadas a partir de desejos subvertidos, por sua vez maximizados em ambientes artificializados e estrategicamente delimitados, pensados e programados, sendo transformados em lucratividade e faturamento para diferentes grupos capitalistas em racionalidades cujo maior exemplo se materializa nos denominados “templos do consumo”, os SCs.

Neste contexto, os SCs se apresentam enquanto artefatos alinhados na sobreposição valorativa da “cidade ideal” sobre a “cidade real”, ou em outros termos do espaço privado sobre o espaço público, que se constituem fundamentados na internalização de externalidades do espaço público ao mesmo tempo em que travestem um espaço privado e controlado em espaço público.

De forma não alheia a essas questões, nota-se também a artificialização de um ambiente capacitado à indução indiscriminada do consumo de mercadorias, estas apresentadas enquanto mediadoras e indispensáveis à realização e à felicidade do homem e que, nesta direção, rompem e recriam situações cotidianas que tendem ao aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade.

Portanto, o aprofundamento do estranhamento redefine práticas sociais que se subsumem aos interesses de reprodução do capital, assim como esvaziam a vida de sentido através do avanço do capital sobre demais esferas da vida do homem no seu tempo livre, subjugando cada vez mais o homem aos ditames do sistema econômico para além apenas do tempo de trabalho.

Com esse intento, o capital introduz nesse processo que transforma o tempo livre em tempo útil à sua reprodução, a aparente satisfação do homem — que se realiza estranhada na sedução da mercadoria — no seu tempo livre em oposição ao esvaziamento da potencialidade humana encontrada no tempo de trabalho, objetivando a anulação de demais formas de utilização do tempo livre que não corrompidas em tempo de lazer-consumo. Contudo, a mediação da mercadoria entre o homem e sua satisfação ou felicidade não dota a vida de sentido, pelo contrário, aprofunda o esvaziamento da vida humana.

Em Itabuna, a instalação do JPS inaugura as possibilidades evocadas pelos arautos da modernização no que tange à maximização dos lucros e faturamentos dos grupos capitalistas

em detrimento da vida humana, embora os efeitos perversos na reprodução da vida e dos seus sentidos sejam escamoteados em breves nuances que se pautam em terminologias estratégicas, a exemplo da qualidade de vida.

A qualidade também se manifesta na valorização do espaço privado em detrimento do espaço público, na medida em que o ambiente artificializado para o perfeito ato da compra e da contemplação da mercadoria se credencia enquanto um ambiente qualitativamente superior, que enfatiza as externalidades negativas do espaço público, envolto a intempéries que desqualificariam a sedução da mercadoria e do consumo.

Por outro lado, o shopping procura se apropriar de elementos característicos do centro tradicional da cidade no intento de reforçar a centralidade do artefato e aprofundar a apropriação do tempo livre objetivando transformar o lazer em lazer-consumo. Desta forma haveria o cumprimento dos interesses dos grupos capitalistas na medida em que o prolongamento da permanência no interior do SC se constitui em maximização de lucros, posto que não existe interesse na permanência do público estritamente para atividades de lazer.

Essa vinculação necessária aos interesses de reprodução do capital, contudo apresentada enquanto componente de uma gama de aspectos positivos para os freqüentadores, demonstram o lazer enquanto “fragmento utilitarista” em relação ao consumo, ao ponto do consumo se travestir em uma atividade de lazer subvertendo o tempo livre que se limita à racionalidade hegemônica do capital.

Dentre os dispositivos elencados para a permanência dos freqüentadores no interior de ambientes artificializados e fechados, destaca-se a funcionalidade da praça de alimentação, que para além da função essencial para a qual se destina também permite a associação de momentos de afetividade com pessoas próximas — estimulados no interior dos SCs — com o consumo e o ambiente de sedução e indução ao consumo.

Portanto, envolto ao discurso de qualidade de vida — este consubstanciado pelo ambiente artificializado enquanto caráter compensatório pela desrealização do homem no trabalho e anulação das potencialidades humanas —, o lazer-consumo, ou o consumo travestido de lazer, subjaz sugerido nos shoppings de modo a transformar o tempo livre em tempo útil ao capital.

O referido discurso se conforma na capacidade das novas expressões de centralidade na geração e manutenção de fluxos pautados no tempo livre enquanto fundamental à realização das novas necessidades da ampliação do mundo da mercadoria travestidas de necessidades humanas, quando em verdade aniquilam com maior propriedade as potencialidades humanas.

O sucumbir das potencialidades humanas e dos sentidos da reprodução da vida encontra-se velado na realização de desejos subvertidos por necessidades alheias e alienadas, que promovem a mediatização da mercadoria na realização do homem, que se efetua enquanto não mais que a sua própria desrealização.

Nesta direção, cumprem papel de destaque os ambientes artificializados, aptos a promover a sedução da mercadoria e forjar um perfeito ato de compra, na medida em que induz à contemplação da mercadoria e aponta o consumo destas enquanto necessidade de realização do homem, que se expressam com propriedade nas vitrines dispostas nas alamedas do JPS, e a contemplação do homem perante a mercadoria.

A contemplação supra-histórica da mercadoria, que se despe de concreticidade, dos processos sociais e objetivos de produção e da história social do trabalho incorporado à mercadoria, aponta para a realização do homem em algo alheio a si e ao produto do seu trabalho.

Para além dessas questões, insurge o processo de tornar as mercadorias cada vez mais descartáveis, imersas em elementos qualitativos que se renovam e imputam o envelhecimento

efêmero das mercadorias e induzem ao consumo indiscriminado, na medida em que as mercadorias se renovam destinadas às pessoas que já a possuem, mas que devem apreendê-las enquanto mercadorias envelhecidas.

Por outro lado, ocorre também a programação de desejos promovida pela publicidade, que credita aos possuidores de determinadas mercadorias qualidades superiores, inferiorizando aqueles que não possuem condições materiais de adquiri-las. Mesmo assim, estes se rendem aos ditames da racionalidade hegemônica seduzidos por necessidades falseadas e mercadorias distantes das suas possibilidades financeiras, o que implica na contemplação valorativa da mercadoria, mesmo das quais não se pode obter, reafirmando o discurso qualitativo das elites.

Considerações finais

A partir do que foi elencado no presente debate, considera-se que o JPS expressa uma relevante centralidade em âmbito intra-urbano e, desencadeando o processo de multiplicação da centralidade na cidade termina por incrementar fluxos que se apresentam enquanto externalidades do empreendimento passíveis de serem internalizadas pelo centro tradicional que, nesta direção, se redefine objetivando a maximização de resultados decorrentes desse processo.

Desta forma, a poli(multi)centralidade na cidade implica no reforço da centralidade da cidade conjugando processos territoriais de âmbito inter e intra-urbano que se realizam consubstanciados pela concentração de equipamentos nas cidades médias que terminam por gerar a escassez nas demais cidades próximas e apresentar as cidades médias enquanto ícones de modernidade e dinamização econômica pela inserção nestas de artefatos pautados em racionalidades hegemônicas de reprodução do capital.

A multiplicação da centralidade na cidade e as novas estratégias locacionais aliadas às possibilidades mais agressivas de atração de fluxos quanto ao público alvo impostas pela inserção do shopping, implicam na configuração de uma dinâmica de fluxos segmentada socialmente nas diferentes expressões de centralidade, o que aponta para a constituição de uma centralidade polinucleada. Essa pôde ser caracterizada pelo desnível de renda expresso entre os freqüentadores do shopping em comparação com a população total do município, bem como as diferenças expressas nos desníveis no que tange a escolaridade em relação aos dois referidos grupos.

Além disso, os dias e horários preferenciais para a freqüência ao shopping indicados pelos elementos da amostra, corroboram com uma centralidade cambiante em comparação com o horário de funcionamento das atividades dispostas no centro tradicional. A maioria destas atividades encontra-se restritas à esfera da vida cotidiana que constitui o denominado tempo de trabalho.

Por outro lado, esse resultado também aponta para a relevância do shopping enquanto concentrador de fluxos capaz de drenar o tempo livre dos freqüentadores nos termos utilitaristas que maximizam os lucros e faturamentos dos grupos capitalistas e esvaziam a vida humana de sentido.

Nesta direção, é necessário pensar os novos artefatos inseridos no espaço que (re)criam novas expressões de centralidade e (re)estruturam o espaço, pela possibilidade suscitada por estes em subjugar o homem aos interesses precípuos do capital tanto dentro quanto fora do trabalho, revelando a ofensiva do capital às demais esferas da vida cotidiana, essencialmente aos momentos de não-trabalho.

Portanto, torna-se candente o debate que coaduna os processos espaciais com os processos sociais que ao se realizarem na cidade enquanto produto e condição de reprodução

da sociedade contemporânea, terminam por implicar que a vida cotidiana — e as práticas sociais — não se realize de forma subversiva ou transgressora aos preceitos do capital.

Contudo, a realização dos referidos processos na cidade concretizados nas demais esferas da vida cotidiana para além do tempo de trabalho(-mercadoria) — outrora consideradas alheias às ofensivas do capital —, subvertem e transgridem com maior expressividade as potencialidades humanas.

Desta forma, a reprodução do capital apresenta-se contraditória e conflituosa à reprodução da vida na cidade, coisificando o homem e inserindo a mercadoria enquanto mediadora entre o homem e suas falaciosas e degradantes felicidade e realização que se efetuam no estrito sentido da ampliação do mundo da mercadoria.

No bojo do referido contexto de processos sociais e espaciais, as cidades médias se apresentam médias quando problematizadas pelos contextos e conteúdos do processo de urbanização que a permeiam e aos quais reproduz. Nestes contextos e conteúdos, portanto, devem ser apreendidas e desveladas de forma que sejam pensadas interpenetradas ao movimento dos processos sociais, econômicos, políticos e espaciais contemporâneos. As cidades médias, nesta direção, não se constituem inertes enquanto médias e definidas por atributos quantitativos e fixados temporalmente, não sendo apreendidas de forma dissociada ao processo de reprodução da sociedade e do capital, de forma dissociada da realidade social em incessante e inconstante movimento.

Para tanto é preciso compreender as contradições do movimento do mundo nos lugares. Estas contradições se revelam nas cidades médias a partir de uma problematização interescalar, entre a reprodução do processo de urbanização no interior da reprodução da totalidade social e a reprodução do espaço urbano nas cidades médias reproduzindo o processo de urbanização e sendo reproduzidas no interior desse.

O problema, portanto, consiste em desvendar em que medida as cidades médias reproduzem o processo de urbanização e ao mesmo tempo se reproduzem no interior deste.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José I. R. Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13. 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.

ANDRADE, Caroline P. S. de; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Shopping Center* e seus impactos na circulação urbana: o caso do Center Shopping, Uberlândia(MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 17, fev, 2006.

BELLET SANFÉLIU, C.; LLOP TORNÉ, J. M. Ciudades intermedias: entre territorios concretos y espacios globales. **Ciudades y territorio - estudios territoriales**, Madrid, v. XXXVI, n. 141-142, 2004a.

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, 2002.

BIENENSTEIN, Glauco. Shopping Center: o fenômeno e sua essência capitalista. **Geographia**, Niterói, Ano III, n. 6, jul/dez, 2001.

- COSTA, Eduarda Marques da. Cidades médias: contributos para sua definição. **Finisterra**, Lisboa, XXXVII, n. 74, 2002.
- FRÚGOLI JR., H. Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- GAETA, Antonio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- GUIMARÃES, Raul B.; VIEIRA, Alexandre V.; NUNES, Marcelo. Cidades médias: territórios da exclusão. **Cidades**, v. 2, n. 4, 2005.
- LLOP TORNÉ, J. M.; BELLET SANFÉLIU, C. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Unesco - UIA - Ministerio de Asuntos Exteriores. Lleida: Ed. Ajuntament de Lleida, 1999.
- OLIVEIRA JR., Gilberto. Contradições nas adequações das cidades médias ao processo de mundialização do capital. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 25, 2008a.
- _____. Novas expressões centralidades e aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 7, n. 14, 2008.
- _____. Redefinição da centralidade em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, 2008b.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Geografia**, São Paulo, n. 10, 1991.
- _____. Cidade: espaço e tempo (ensaio de reflexão). **Geografia**, São Paulo, n. 11, 1992.
- _____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 4, jan/jun, 1998a.
- _____. **Capitalismo e urbanização**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 1998b.
- _____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.
- _____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. Presidente Prudente: [s.n.], 2004a. (Tese de Livre Docência).
- _____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Cidade de México, n. 54, 2004b.
- _____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.
- _____. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: Seminário Internacional de Estudos Urbanos, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC-Minas, 2006b.
- _____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, 2006c.
- _____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007.